ASPECTOS RELEVANTES DOS CONTRATOS AGRÁRIOS PARA A AGROPECUÁRIA

Magda Souza Santos¹

RESUMO: Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, sendo o agronegócio uma forma viável e sustentável e adequada a justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural através do agronegócio de forma equânime em uma perspectiva civilista em que há livre mercado e concorrência, além da informalidade como meio de se negociar. Porquanto, a produtividade é a bússola que norteia o lucro econômico e a justiça social, tendo no agronegócio uma opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural. Agronegócio. Contratos. Arrendamento. Reforma Agrária.

ABSTRACT: Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. Social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development. Land reform. Latifundium.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva demonstrar a vereda percorrida pelo homem do campo e os proprietários de terras até o atual estágio de desenvolvimento no meio rural e a conseqüente geração de oportunidades através da agropecuária. A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização, sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e

¹Formanda do curso de Direito, 2020/2. Orientador: Prof. Me. Leonardo Felipe Marques De Souza

disparidades econômicas até então insanáveis.

É nesta toada de atemporalidade que o presente artigo estará delineado. Insta salientar a necessidade de oferecer guarida constitucional para aquele que produz bem como àquele que possui à propriedade privada. A predominância agrícola no país é óbvia, “embora se vislumbre já um grande índice de industrialização; mas no terreno da reforma agrária anda “de gatinhas” em relação a países mais adiantados, tal como a Inglaterra”. (SILVIA, 2017, p 26)

Em síntese a discussão em respeito à terra e sua respectiva função social tem correlação com a realidade dos envolvidos e o contexto econômico vigente (FACHIN, 1988). Isso permitirá caracterizar a função social como o exercício do direito de propriedade, aproximando-a da forma concreta que ela adquire através da posse, pois o possuidor é aquele que tem, “de fato, o exercício dos poderes inerentes ao proprietário”.

Através do primeiro capítulo intitulado como o Direito Agrário e o Agronegócio, o autor trouxe à baila os conceitos que regem este importante ramo do Direito, não obstante, objetivou-se demonstrar a correlação entre o agronegócio e o desenvolvimento rural, tendo como fulcro a participação do Estado em políticas públicas. Por conseguinte, o segundo capítulo demonstra o embate em volta da reforma agrária que deixa claro a necessidade de se avaliar a função social da terra. É nesta testilha que o terceiro capítulo é concebido, tendo o desenvolvimento das atividades no campo ainda mais relevo através da agropecuária e agronegócio. O Direito é forçado a protagonizar como forma de propiciar negócios válidos por meio da boa-fé na realização de contratos típicos e atípicos até a possibilidade do arrendamento de terras.

Dessa forma, o Direito Agrário fomenta a função social da terra e permeia a segurança jurídica dos negócios rurais. Sob este contexto, as obrigações geradas pelos pactos contratuais ampliam a atividade e o crescimento da agropecuária.

1 O DIREITO AGRÁRIO E O AGRONEGÓCIO

A partir das décadas de 1960 e 1980 parte significativa da atividade rural foi deixada de lado para se tentar a inserção em ambiente urbano visando melhores condições de trabalho. Devido a isso, houve à aceleração da urbanização,

sobretudo, nas grandes metrópoles do país. O descontrole migracional gerou concentrações de indivíduos e disparidades econômicas até então insanáveis.

Em um passado recente se celebrava o início do Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários, o Ministro Gilmar Mendes, então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ressaltou que, no que diz respeito ao acesso à terra, “o Brasil chegou ao século XXI sem ter resolvido problemas com raízes no século XVI”. (CNJ, 2009)

Azevedo (1975) já demonstrava sua insatisfação quanto ao tema, muito antes da Constituição Federal de 1988 já se debatia sobre a posse, propriedade e sua relativa função social. O autor defendia a visão de que o ‘proprietário’, deve usar a sua propriedade de acordo com sua função social, quer dizer, que deve usar a sua propriedade conforme o interesse social, já não tem um direito, tem um dever. Ele é alguém que cumpre uma função, e, não já, o ‘proprietário’.”

1.1 O direito agrário

Nas palavras de Silvia Optiz e Oswaldo Optiz (2017), o Direito agrário é “o conjunto de normas jurídicas concernentes ao aproveitamento do imóvel rural”. Sob essa ótica, este conceito é inafastável da prática econômica, estando outrossim interligado a economia rural. Portanto, este ramo se distingue dos demais por não se adequar a dicotomia pública ou privada, sendo mais preciso a denominação já apreendida como o direito que vincula o jurídico ao econômico. Para Fabrício Gaspar Rodrigues (2009) o “direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra estando consoante com o progresso e a economia”.

No Brasil a história do direito agrário perpassa pelo Tratado de Tordesilhas, em que após a chegada de Colombo a América era premente a necessidade de angariar terras. Se o direito sobre propriedades “terras” parece atemporal, a necessidade de se obtê-las, demarca-las e auferir ganho, formam um axioma que surge de tempos em tempos. Sendo assim, seja através das capitânicas hereditárias ou da distribuição de terras para vassallos, a terra é reconhecida como bem como a sua produção possuem valor coligado a própria história do desenvolvimento humano.

O direito agrário no Brasil pode ser visto sob aspectos, onde a terra é o objeto, a produção deverá ser respeitada, sendo de grande importância a preservação dos recursos extraídos da natureza e todas essas atividades devem estar relacionadas e intimamente ligadas (BARROS, 2009).

Segundo Barbosa (2011), uma das principais características da agricultura em países subdesenvolvidos é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, fazendo com que a renda agrícola apresente um comportamento instável. Tal instabilidade gera desconforto e desaquece o mercado agrícola, impactando em toda a atividade no campo. Contudo, embora ocorra grandes testilhas a respeito da desapropriação e das políticas envoltas ao agronegócio, o Brasil é mundialmente conhecido como um grande produtor de grãos, carne, açúcar, café e outros produtos. O agronegócio é uma das principais atividades e move boa parte da economia brasileira.

Devido ao seu grande relevo, é necessário conceituar e definir as bases lógicas do que é e quais são as diretrizes do Agronegócio. Renato Buranello(2013), define Agronegócio como sendo:

O conjunto organizado de atividades econômicas que envolve todas as etapas compreendidas e ter o fornecimento de insumos para a produção até a distribuição para consumo final de produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico relativos a alimentos, fibras naturais e bioenergia, também compreendidas as bolsas de mercadorias e futuros e as formas próprias de financiamento.

As atividades agrícolas ganharam nova dimensão devido ao modo intensivo de fluxo de capital, ao tornar viável a exportação como um meio sustentável, possibilitou ao agricultor lucro e conseqüentemente melhor qualidade de vida.

Objetivando ofertar maior tutela ao jurisdicionado e aplicação escoreta do Direito Agrário, o ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho, pediu ao Tribunal de Justiça de Goiás a nomeação de um juiz agrário para julgar todos os conflitos de terra no estado. “A reivindicação do ouvidor nacional, que representa o Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi levada ao presidente do TJ-GO, desembargador Paulo Teles. Atualmente, de acordo com o desembargador Gercino, existem seis mil famílias acampadas no estado de Goiás esperando assentamento”.

A presidência e a ouvidoria do Tribunal de Justiça de Goiás assumiram o compromisso de estudar a questão. Para decidir, pediram mais dados sobre os

conflitos agrários do estado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Se aceitar o pedido, Goiás será o 11º estado do país a ter a figura do juiz agrário.

1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias

A Economia Rural, ou Economia do Agronegócio, é um campo de estudos da Economia voltado, principalmente, para a análise das atividades econômicas relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial (CARVALHO, 2015).

Tanto a sociologia como a economia rural nasceram num contexto em que a agricultura tinha predominância. Basta aqui lembrar que, na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objeto como algo relacionado a produção primária, incluindo, assim, além da agricultura, a exploração florestal e outras atividades extrativas, mas tendo sempre por universo as famílias ou empresas vinculadas a esse setor (FAVARETO, 2015).

Não obstante a seara social, a economia rural deve estar sob rígido protocolo de produção, afim de manter a eficiência máxima. Para tanto, é necessário subdividi-la na cadeia produtiva, sendo identificadas por segmentos, sendo estes: a montante (a utilização de fertilizantes, defensivos agrícolas, rações, equipamentos e afins), Produção Agrícola (produção animal, vegetal e extrativismo), Transformação (indústria de alimentos, têxteis, madeiras bebidas ente outras), Distribuição (exportação e importação além de outros) e Serviços de Apoio (Transporte, embalagem, informações de mercado etc).

Em suma, a Economia Rural envolve um importante e complexo sistema que produz bens e serviços em liame a lógica de mercado: escassez, abundância, oferta e demanda (SENAR, 2015).

No mesmo passo, o Estado imiscui-se e emana normas voltadas à política agrícola, como toda política pública, as políticas agrícolas podem induzir mudanças desejadas pelos governos no setor, através do arranjo de instrumentos que estimulem a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promovam a distribuição social.

Em âmbito político, pode-se considerar quatro fases na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, “após o início da Revolução Verde: 1) 1965–1985: modernização conservadora. A agricultura se modernizou, mas não alterou sua

estrutura fundiária; 2) 1985–1995: desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados” (DESER, 2007).

Ainda na década de 90, a agricultura sofreu grandes transformações. Conforme mencionado, uma das principais foi o esvaziamento do modelo de intervenção (regulamentação) do Estado, caracterizado pelo controle e garantia de preços, manutenção de estoques reguladores e maior disponibilidade de crédito rural.

Concomitantemente, a economia brasileira atravessou período de alta inflação, seguido pela estabilização econômica e intensificação do processo de abertura comercial. A política de crédito rural passou a ser retomada no Brasil.

De lá para cá, os volumes de recursos programados para o crédito rural têm aumentado ano a ano, tanto os destinados à agricultura familiar, através do Pronaf, quanto os destinados à agricultura patronal. No entanto, os recursos destinados ao Pronaf, que possuem juros mais baixos e um nível de subsídio mais alto, representaram pouco mais de 16% do volume total dos recursos destinados ao crédito rural. (DESER, 2007).

Os objetivos da política agrícola estão enumerados no art. 3º da Lei n. 8.171/91. As medidas técnicas, que buscam viabilizar soluções adequadas aos problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente, conferi das através de serviço oficial de assistência-técnica e extensão rural, mantido pelo Poder Público, tem seus objetivos enumerados no art. 17 da Lei n. 8.171/91 (Opitz, 2017).

Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23 bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (THE ECONOMIST, 2010). O Brasil aumentou suas exportações de carne de tal forma que ultrapassou a Austrália e assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Em consonância coma necessidade de fomentar a área agrícola, o Estado de Goiás se mostra ativo ao impulsionar o segmento. Segundo relevado, cerca de R\$ 20 bilhões em operações de custeio, comercialização e investimentos. Na atual safra, o Estado de Goiás passou a ocupar a terceira posição em produção de grãos,

com 27,6 milhões de toneladas, o que representa em torno de 11% de toda a produção nacional, estimada em pela Conab em 232 milhões de toneladas.

O governador afirmou que o Plano Safra (2020) planejado conjuntamente pela área econômica do Governo Federal, pelo Congresso Nacional e participação das entidades dos produtores rurais vai garantir os recursos suficientes para uma produção ainda maior na safra 2020 e 2021. Dessa forma, não apenas o Estado de Goiás torna-se um referencial, mas, propicia os adornos necessários para que o país figure entre os maiores produtores entre os grandes *players* internacionais.

Na esteira das leis n. 8.171/91 e Lei n. 8.174/91, há também outras medidas visando incentivar a maior produção, através da distribuição de sementes, mudas além do fomento do uso da inseminação artificial.

1.3 A importância do desenvolvimento rural

O conceito de desenvolvimento rural vem variando ao longo do tempo, devido à influência de diversos condicionantes do desenvolvimento da economia e da sociedade que se impõem ao meio rural. Segundo Conterato (2008) no Brasil, porém, ainda se perpetua uma relativa ausência de debates acadêmicos e políticos acerca do tema.

Há um consenso na literatura de que o conceito de desenvolvimento é complexo, por apresentar múltiplas visões analíticas, portanto, suas bases teóricas encontram-se ainda em construção (CONTERATO, 2008).

Internacionalmente a discussão relacionada ao desenvolvimento rural passou a ganhar mais destaque a partir da percepção generalizada das transformações sociais, econômicas e ambientais alçadas no âmbito da modernização da agricultura, pautada na Revolução Verde.

Ellis e Biggs (2001 apud CONTERATO, 2008) expõem a trajetória do desenvolvimento rural:

[...] na década de 1950, o desenvolvimento rural esteve fortemente associado às políticas de modernização, com base em modelos dualistas que rotulavam os agricultores de “modernos”, em contraposição aos atrasados “. Nos anos 60, ganhou fôlego o debate sobre a modernização da agricultura e a transferência de tecnologia via Revolução Verde. Nos anos 70, intensificaram-se as políticas agrícolas, com forte adoção de tecnologias por parte dos agricultores, via proposição de um desenvolvimento rural integrado com intensa participação das entidades de extensão rural. Durante os anos 80, com a crise do Estado desenvolvimentista, intensificam-se as políticas de alívio à pobreza rural, atribuindo ao debate

dos anos 90 forte apego às políticas de redução da pobreza, via microcrédito" (sic), redes de segurança rural, como extensão dos recursos previdenciários, etc. A virada do século [...] à introdução de novas temáticas, como as questões ambientais, da pluriatividade, do empreendedorismo e da inovação, do papel das instituições, das redes agroalimentares, entre outros focos, permitindo inclusive tratar essas mudanças no escopo de um novo paradigma de desenvolvimento rural.

Na agricultura, o desenvolvimento rural assumiu a forma e o significado de modernização (MENEGETTI, 2012). A agricultura se baseava no desenvolvimento agrícola, que se perpetuou no Brasil das décadas de 1960 até a década de 1980 (CONTERATO, 2008).

A noção de desenvolvimento na agricultura teve maior ênfase nas décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos e na Europa, com a participação do Estado, das indústrias agroalimentares e de agricultores empresariais. Assim, o setor agrícola passou a adquirir bastante relevância no sistema econômico, transformando a agricultura, considerada um setor atrasado e arcaico, em um setor moderno e dinâmico; para fazer parte do crescimento econômico nacional. Isso se deu a partir do desenvolvimento agrícola e rural. "Graças ao avanço tecnológico que alavancou a agricultura mundial, com aumento de produção e produtividade e ligação direta com a indústria, sobretudo, a química" (ALMEIDA, 1997).

Porém, apesar dessa transformação moderna e dinâmica, antes da industrialização, o meio rural e a agricultura tradicional, apresentavam uma população maior do que a urbana e uma maior significação produtiva para a economia; depois da industrialização, a agricultura, que sempre teve um papel primário, foi relegada a papel secundário à indústria (PONTE, 2004). Assim, o mundo rural foi perdendo gradualmente sua relativa autonomia setorial e aderiu a uma nova racionalidade produtiva, com a mercantilização, subordinando-se às cidades (NAVARRO, 1991).

Almeida (1997) sintetizou o que a modernização incorporou na agricultura:

O conteúdo ideológico da modernidade na agricultura passa então a incorporar quatro grandes elementos ou noções: (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia" (sic) de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o consequente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a interrelação" (sic) com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

Por muito tempo o desenvolvimento rural esteve relacionado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais, sobretudo, às destinadas às regiões rurais pobres, que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola, por meio da adoção de um novo modelo de produção. Essas intervenções se deram, principalmente, após a Segunda Guerra e, sobretudo, a partir da década de 1950 até a de 1970, quando o desenvolvimento rural passou a ser um dos grandes incentivadores das políticas governamentais e dos interesses sociais, envolto na ideia de modernização e no âmbito da “Revolução Verde” (NAVARRO, 2001).

Conseqüentemente, a diversidade e diferenciação das formas de produção foram consideradas empecilhos para o desenvolvimento e modernização da agricultura. Ocasionalmente em miséria, perda de identidade, dependência e no êxodo rural dos pequenos produtores familiares.

A atividade agrária pode ser definida a partir do seu vínculo com a Biologia, tendo liame com o manejo do solo e até mesmo genético, pode-se defini-la através das palavras de Querubini (2018):

[...] Atividade agrária é aquela na qual se interrelacionem certo trato de terra, o processo agrobiológico e o homem, este agindo profissionalmente e sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo, e, até, ao beneficiamento, à transformação e à alienação deste, quando pertinentes à exploração da terra rural.

Consoante com a atividade agrária, o desenvolvimento pecuarista se deu após a grande migração iniciada nos anos de 1980. Carvalho (2007) aventa sobre o entrelaçamento das atividades agrárias e pecuaristas como forma de sustentar o comércio local. Os primeiros imigrantes, geraram o primeiro êxodo no país após a decadência do ouro em Minas Gerais, levando consigo às práticas pecuaristas.

Em suma, a atividade pecuarista é regida sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pecuária que possui a secretaria da Aquicultura e Pesca composta pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento dos estados, com programas voltados para a família no meio rural, lavouras rurais, política territorial e regularização fundiária entre outras.

Devido à grande relevância do trabalho no campo, o Estado objetiva tutelar e promover políticas públicas ao organizar-se em ministérios e departamentos, estabelecendo maior enfoque sobre as práticas acima. Sob essa ótica, a Lei 8.171

de 17 de janeiro de 1991, delimita os fundamentos, objetivos e competências institucionais relativos as políticas agrárias, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

Com maior padronização, regulamentação e desenvolvimento de tecnologias na pecuária brasileira proporcionou a modernização do setor com incremento da produção e da produtividade, em bases sustentáveis. Nos últimos 40 anos, a produção de carne de aves aumentou 22 vezes; a de carne suína, 4 vezes; a de leite, 4 vezes; e a produção de carne bovina, 4 vezes. Pesquisas em genética, avanços no controle de pragas e doenças e melhoria das pastagens aumentaram de 11% para 22% a média de desfrute dos rebanhos bovinos de corte. Cinco cultivares de forrageiras da Embrapa são responsáveis por quase 80% do mercado nacional e levaram o Brasil a se tornar o maior exportador de sementes forrageiras tropicais do mundo (EMBRAPA, 2019).

Portanto, cabe ao Estado promulgar sobre o desenvolvimento da pecuária, critérios de ordenamento das atividades, estabelecer políticas pertinentes aos cenários da prática pecuarista, entre outros. Sendo essa, uma das atividades mais antigas da humanidade com a finalidade de consumo e produção.

2 A REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é um importante contraponto que difunde outra premissa, a participação do homem do campo no processo de democratização na distribuição de terras assim como no processo agrícola.

Neste compasso, se faz necessário salutar a respeito do Estatuto da Terra e como o princípio da função social da terra tem sido empregado. De acordo com o sociólogo Francisco Porfírio, o objetivo da reforma agrária é proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, distribuir a terra para os camponeses realizarem suas atividades de agricultura. Processo este que é realizado pelo Estado, que faz a compra ou desapropriação dessas propriedades de latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, sendo que a maior parte não é utilizada) e distribui, então, os lotes de terras para famílias camponesas.

Ainda conforme o mesmo autor, o Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, garante que o Estado tem a obrigação de dar direito ao acesso à terra para quem

nela vive e trabalha. Porém, esse estatuto não é cumprido, ainda que várias famílias camponesas sejam expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por latifundiários. Porfírio preleciona:

No Brasil, historicamente há uma distribuição desigual de terras, esse problema teve início em 1530, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias (distribuição de terra pela Coroa portuguesa a quem tivesse condições de produzir, tendo que pagar para a Coroa um sexto da produção). Essa política de aquisição da terra formou vários latifúndios. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais (PORFÍRIO, 2020).

A reforma agrária é um objeto de grande luta política e neste contexto estão inseridos: grandes empresas, fazendeiros com grandes propriedades e elevado número de meios de produção agrícola, uma grande massa de trabalhadores rurais e o Estado. Por conseguinte, Germer (2007) ressalta que: “Nesta luta o Estado coloca-se sistematicamente ao lado dos proprietários, procurando distorcer os objetivos e os procedimentos da reforma agrária, mesmo nos aspectos respaldados pela lei.” Para a demanda dos beneficiários da reforma agrária pode ser medida pelas famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, mediante as ocupações de propriedades e a formação dos acampamentos (COMPARATO, 2006).

A reforma agrária, como processo de ampla distribuição da propriedade da terra, a regularização fundiária e a ratificação de títulos de terras aos trabalhadores que já ocupam a terra, como posseiros, colocam-se como necessidade imediata não apenas para a democratização do acesso à terra e à produção, como para que se estabeleçam condições objetivas para realização da justiça social e da cidadania no meio rural brasileiro.” (MST, 2001)

Desse modo, para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a reforma agrária é uma democratização da terra, além de organizar o processo produtivo de sustentação para milhões de famílias, ainda contribui para que se crie uma estrutura fundiária democrática entre os pequenos e médios produtores rurais.

2.1 A função social da propriedade

A propriedade foi protegida pelo texto constitucional tanto no art. 5º, XXII a XXXI, no capítulo dos direitos e garantias individuais, como no art. 170, II e III,

capítulo da ordem econômica. Eros Roberto Grau (1997) entende que ao proteger a propriedade em dois institutos distintos, o constituinte contemplou uma multiplicidade de significados para a função social da propriedade.

Assim, a Carta da República dispõe da seguinte maneira a respeito:

rt. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXII - é garantido o direito de propriedade;

O art. 5º, inciso XXII se refere ao direito de propriedade individual, que tem relação ao valor liberdade, fruto das revoluções liberais francesa e norte-americana, em que a burguesia reivindicava o respeito às liberdades individuais em face do Estado, como já mencionado anteriormente. Segundo a classificação de Grau(1997), trata-se de um direito de defesa que exige do Estado, um dever de abstenção (caráter negativo), impedindo sua ingerência na autonomia dos indivíduos. Garante que ninguém será privado de sua propriedade arbitrariamente.

É importante mencionar que, não obstante a contemplação do direito de propriedade de forma genérica pelo art. 5º, caput e inciso XXII, a Constituição também prevê, especificamente, nos incisos XXVII a XXXI, a proteção ao direito autoral, à propriedade industrial e de marcas e ao direito de herança, enquanto variações do direito de propriedade.

No mesmo artigo, o inciso XXIII afeta a propriedade individual ao cumprimento de sua função social. Seguindo o ensinamento de Marco Aurélio Bicalho de Abreu Chagas (2001):

A propriedade vai perdendo sua característica de direito subjetivo do proprietário com caráter absoluto e intangível que possuía nos primeiros tempos, tornando-se uma situação objetiva, constituída de deveres impostos aos proprietários, cujas prerrogativas estão condicionadas à satisfação desses deveres e que devem cair, entretanto, diante da utilidade pública, entendida no sentido amplo.

Acontece que a sociedade evoluiu de um patamar jurídico em que havia pouca intervenção estatal e a propriedade privada era a principal garantia da subsistência individual e familiar, para um momento em que o Estado tem o dever de realizar prestações materiais (caráter positivo), obedecendo aos fundamentos da dignidade da pessoa humana, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, caracterizando-se como Estado Democrático de Direito.

Por estes motivos, no art. 170, II e III, a Constituição Federal amplia a concepção de função social da propriedade, positivando-a também como princípio da ordem econômica.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) II - propriedade privada; III – função social da propriedade;

A função social da propriedade apresenta-se, assim, como um instrumento para equilibrar a atividade econômica e também para sancionar o proprietário que a utiliza a sem atender ao interesse social. Devido ao princípio da unidade axiológica da Constituição, estes dispositivos devem estar em consonância com outros mandamentos constitucionais. Posto que, se tomado isoladamente, o princípio da função social da propriedade serviria como instrumento para a implantação de uma aspiração autenticamente capitalista: a preservação da propriedade privada dos bens de produção (GRAU, 1997)

Desta forma, para fins de efetivação da função social da propriedade, a própria Constituição elenca meios de restringir o direito de propriedade, reduzindo os poderes reconhecidos ao proprietário, a exemplo da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e da requisição administrativa, no caso de iminente perigo público (art. 5º, XXIV e XXV).

2.2 A desapropriação vs o direito a propriedade privada

A história da humanidade está intrinsecamente relacionada ao conceito de propriedade privada. Demonstrando um marco civilizatório que possibilitou a melhor manutenção de alimentos, segurança e expansão familiar. Nestes moldes, as famílias monogâmicas tornaram-se fonte de equilíbrio de uma sociedade organizada.

A propriedade privada dos meios de produção é o princípio regulador que, dentro de uma sociedade, equilibra os limitados meios de subsistência à disposição da sociedade com a bem menos limitada capacidade de aumento na quantidade de consumidores. Ao fazer com que a fatia do produto social de cada membro da sociedade seja dependente do produto economicamente imputado a ele, isto é, dependente de seu trabalho e de sua propriedade, a matança de seres humanos em decorrência da luta pela sobrevivência, como ocorre nos reinos animal e vegetal, é substituída por uma redução na taxa de natalidade em decorrência das forças sociais. A

'contenção moral' — as limitações sobre a produção de rebentos impostas pelas posições sociais — substitui a batalha pela existência (HOPPE, 2017).

Atribuindo às propriedades privadas a característica de essencialidade, tornou-se necessário avaliar a sua capacidade produtiva e contributiva. Hodiernamente, foi outorgado ao Estado a responsabilidade de inibir a ociosidade de terras produtivas. Concisamente, Mello (2007) define a desapropriação, segundo ele, de forma teórica, como o “[...] procedimento através do qual o Poder Público compulsoriamente despoja alguém de uma propriedade e a adquire, mediante indenização, fundado em interesse público”.

Meirelles (2007), por sua vez define a desapropriação de forma detalhada, de acordo com a legislação brasileira sobre o assunto:

[...] transferência compulsória da propriedade particular (ou pública de entidade de grau inferior para a superior) para o Poder Público ou seus delegados, por utilidade ou necessidade pública ou, ainda, por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro (CF, art. 5º, XXIV), salvo as exceções constitucionais de pagamento em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, no caso de área urbana não edificada, subutilizada ou não utilizada (CF, art. 182, § 4º, III), de pagamento em títulos da dívida agrária, no caso de Reforma Agrária, por interesse social (CF, art. 184). (MEIRELLES, 2007)

E complementa: “A desapropriação é, assim, a forma conciliadora entre a garantia da propriedade individual e a função social dessa mesma propriedade, que exige usos compatíveis com o bem-estar da coletividade”.

Destes conceitos é possível destacar alguns elementos que serão tratados a diante de maneira detalhada, são eles: o procedimento, os sujeitos, a indenização devida, o objeto e as espécies de desapropriação conforme seu fundamento.

3 OS CONTRATOS AGRÁRIOS

A palavra contrato, do latim *contractus* significa unir, contrair. Este não era o único termo utilizado no direito romano para finalidades semelhantes. Para Rodrigues (2007):

O contrato representa uma espécie do gênero negócio jurídico. E a diferença específica entre ambos consiste na circunstância de o aperfeiçoamento do contrato depender da conjunção da vontade de duas ou mais partes (...) o contrato é o acordo de vontades para o fim de adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos.

De forma sucinta, contrato agrário é o acordo de vontade celebrado segundo normas próprias e específicas, com o fito de adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos vinculados à produtividade da terra”. É relação jurídica agrária que resume acordo de vontade comum destinado a reger os direitos e obrigações dos sujeitos intervenientes na atividade agrária, com relação a coisas e serviços agrários.

No Brasil o Estatuto da Terra foi engendrado intuindo preencher a lacuna deixada pelos códigos civilistas até então legislados. O Estatuto da Terra regula os contratos agrários nos artigos 92 a 96. Existem ainda regras estabelecidas na Lei nº 4.947/66 (artigos 13 a 15). A matéria foi regulamentada pelo Decreto nº 59.566/66. As disposições do Código Civil, conforme disposto no art. 92, § 9º do E.T., continuam sendo de aplicação subsidiária. Dessa forma, reconhece-se o Direito Agrário como ramo autônomo e específico.

Ainda sob a ótica do legislador quando legislou a respeito do Estatuto da Terra, fica nítida a necessidade de se demarcar conceituações básicas destinando o capítulo I para essa finalidade, como por exemplo o que é Terra. Conforme o artigo. 4º : I – “Imóvel rural, o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine a exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através da iniciativa privada” (LEI. Nº 4.504 de 1964). Por isso, foi legiferado levando em consideração as terras públicas e particulares, a reforma agrária, distribuição de terras, financiamento, política de desenvolvimento rural, entre outros aspectos.

Marques (2005) cita outra característica do Estatuto, ao se referir à forma do contrato, dizendo ser expresso ou tácito, quando queria dizer de forma escrita ou verbal. Os referidos artigos, no entanto, são felizes em estabelecer os princípios que devem nortear as relações contratuais, concernentemente ao preço do aluguel, ao direito de preferência na renovação do negócio ou na alienação do imóvel, à subsistência do contrato em caso de alienação, às cláusulas proibidas e às obrigatórias.

Não obstante, são delineados como: Consensuais, pois os direitos e obrigações das partes surgem com o simples consentimento mútuo, aperfeiçoando-se com a integração das declarações de vontade dos contratantes, devendo, porém, ser escritos, para os fins de registro e em caso de financiamento. Bilaterais, eis que as partes se obrigam reciprocamente, com interdependência entre as obrigações.

“Onerosos, haja vista que ambas as partes visam obter benefícios numa relação de equivalência econômica, com obrigações de ambas as partes, o que apenas não ocorre no comodato, não regulado pela legislação específica” (RODRIGUES, 2007).

O art. 92 do Estatuto da Terra comete uma visível erronia, quando fala apenas em “proprietário” a figurar num dos polos da relação contratual de que se cuida. Do mesmo modo está no art. 93. Na verdade, também o possuidor, como, por exemplo, o usufrutuário, pode perfeitamente ceder o uso do imóvel a outrem, para ser explorado em atividade agrária. Bem que o Decreto no 59.566/66, em seu art. 1o, buscou corrigir a anomalia, estendendo a legitimidade também ao possuidor ou a quem tenha a livre administração do imóvel rural. Mas a Lei no 11.443, de 5 de janeiro de 2007, inexplicavelmente, manteve a erronia, conferindo legitimidade para ser arrendador apenas o proprietário.

Além de sinalagmáticos são comutativos e sucessivos, uma vez que as obrigações são definidas em termo contínuo, não se extinguindo em uma mera transação. Outra nuance a se salutar é sobre o seu aspecto formal, não sendo unânime por não haver menção legal. Infere-se que embora haja certo dirigismo contratual, há liberdade o bastante entre os pactuantes, tendo vários contratos típicos e atípicos como importantes instrumentos ao agronegócio.

3.1 Os contratos típicos e atípicos

Os postulados da teoria contratual, aquele mestre agrarista conclui que esse princípio, em matéria de contrato agrário, não é absoluto, pois que “no arrendamento rural a revisão é imposta por lei, tendo como inexistente a cláusula que fixe remuneração a ser paga pelo arrendatário ao proprietário, acima do estatuído”.

Referindo-se à “relatividade das convenções”, o mesmo autor também conclui que este princípio, para os contratos agrários, considera-se exceção, na medida em que o art. 1.587 do Código Civil de 1916 previa a transmissão dos efeitos do contrato aos herdeiros.⁵ É o que também se vê no parágrafo único do art. 26 do Decreto no 59.566/66.

Finalmente, depois de ponderar sobre a possibilidade de celebrar o contrato agrário verbalmente, assinalando que o princípio do “consensualismo” não é relevante, assevera que a “boa-fé” deve ser examinada à luz dos princípios agraristas, “porque o Direito Agrário busca a promoção social de quem trabalha a terra, a fim de ajustar a propriedade do fundo rústico à sua função social”. O novo

Código Civil, em seu art. 422, consagra o princípio da boa-fé. É oportuno observar também que o art. 480 do mesmo Código inovou a favor da parte fragilizada na relação contratual, permitindo-lhe pleitear a redução da prestação ou alterar o modo de sua execução, para evitar onerosidade excessiva.

Por contrato agrário devem ser entendidas todas as formas de acordo de vontade que se celebrem, segundo a lei, para o fim de adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos vinculados à produtividade da terra. O renomado agrarista, com esse conceito, quis abraçar todos os contratos, típicos ou atípicos, contanto que se relacione com a exploração da terra. Os arts. 3º e 4º do Regulamento (Decreto no 59.566/66), todavia, em linguagem minudente, dão as definições dos contratos agrários típicos: Arrendamento e Parceria.

Estão assim definidos os mencionados contratos: Art. 3º Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da lei

§ 1º Subarrendamento é o contrato pelo qual o Arrendatário transfere a outrem, no todo ou em parte, os direitos e obrigações do seu contrato de arrendamento. Art. 4º Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; Ou lhe entregue animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha de riscos de caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei (MARQUES, 2015).

É imperioso consignar, outrossim, que o art. 39 do Decreto no 59.566/66 prevê a possibilidade de existirem outros contratos – que seriam os inominados ou atípicos – aos quais se aplicam as mesmas regras estabelecidas para contratos agrários típicos. O que importa é que se verifique o uso ou a posse temporária da terra. São exemplos desses contratos o comodato, a empreitada, o compáscoo, o “cambão”, o “fica” etc. Segundo a melhor doutrina, a natureza jurídica dos contratos agrários pode ser assim explicada: são contratos bilaterais, onerosos, consensuais e não solenes.

Bilaterais, porque ambas as partes assumem obrigações recíprocas; onerosos, porque as partes também suportam redução patrimonial; “consensuais, porque a perfeição dos contratos não depende da entrega efetiva da coisa, bastando o acordo de vontades das partes; e não solenes, porque não se exige forma especial para sua celebração” (MARQUES, 2015).

3.2 O direito agrário e o arrendamento

Os contratos presentes no Direito Agrário brasileiro constituem relações jurídicas de natureza privada e tem como principal objetivo a exploração da terra mantendo sua função social. Os contratos agrários se destinam aos imóveis rurais e são orientados por legislação especial embasada no princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

Os contratos agrários têm condições em comum. Por este motivo, há condições obrigatórias que precisam ser observadas nas relações jurídicas com base no dirigismo estatal. Um dos cuidados do Legislador ao redigir o Estatuto da Terra concerne ao alcance à propriedade pelos trabalhadores agrícolas, para garantir que estes explorem práticas rurais. Segundo se verifica do seguinte texto, da apresentação de motivos do Estatuto da Terra, houve grande valor atribuído a esta discussão, atribuindo-se o acesso à terra pelos trabalhadores como forma de melhorar o país e assegurar a proteção da população da zona rural.

Portanto, possuem essas disposições em comum e por esse motivo essas cláusulas obrigatórias devem ser observadas. O Estatuto da Terra traz os contratos rurais como meio de garantir o alcance a terra, sendo possível verificar essa objetividade do legislador no artigo 1º do Decreto nº 59.566/66, onde aduz que o arrendamento é contrato agrário reconhecido para uso da terra, sendo este temporário. Não obstante, o artigo 92 do Estatuto prevê que a posse temporária será exercida sob forma de arrendamento.

O arrendamento rural possui conceito legal no artigo 92, do Estatuto da Terra e no artigo 13, da Lei n. 4.947/66, bem como do artigo 1º, do Decreto n. 59.566/66. Segundo dispõe o artigo 3º do Decreto n. 59.566/66:

O arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou

facilidades, com o objetivo extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei.

Pode ser entendido como uma espécie de locação do estabelecimento rural, no qual um dos polos contratantes se obriga a ceder ao outro a terra, por tempo determinado mediante uma contraprestação, ou seja, é um contrato de uso e gozo de um prédio rústico com fins de exploração agrícola ou pecuária (BORGES, 2013).

Importante ressaltar que o contrato de arrendamento rural, encontra-se introduzido no Estatuto da Terra como um mecanismo que assegura e garante um maior uso da terra, uma vez que essa terra particular não esteja cumprindo a sua função social. Ramos (2012), dispõe que:

O arrendamento rural é um contrato agrário que a lei reconhece para o fim de posse ou uso temporário da terra, entre o proprietário, que detenha a posse ou que tenha a livre administração de um imóvel rural, e aquele que nela exerça qualquer atividade agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista. Regulará a posse ou uso temporário da terra.

O Legislador deixou evidente que as partes possuem liberdade na forma de contrato, buscando proteger direitos de modo que venha facilitar a situação considerando a residência dos contratantes.

APELAÇÃO. DESPEJO. CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL. VENDA DO BEM. ADQUIRENTE DO IMÓVEL. SUB-ROGAÇÃO. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO. DESPEJO DEVIDO. DIREITO DE PREFERÊNCIA. INOCORRÊNCIA. CONTRATO DE ARRENDAMENTO NÃO REGISTRADO EM CARTÓRIO. O adquirente do imóvel se sub-roga nos direitos do contrato de arrendamento rural, nos termos do artigo 92, § 5º, do Estatuto da Terra. Extinto o contrato de arrendamento rural, por intermédio de notificação, devido é o despejo do arrendatário. Não há que se falar em direito de preferência se o contrato de arrendamento rural não foi registrado em cartório. (TJ-MG - AC: 10134100094926001 MG, Relator: Tibúrcio Marques, Data de Julgamento: 25/04/2013, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/05/2013)

O artigo 92 do Estatuto da Terra que estabelece que poderá ser de forma expressa ou tácita. Em concordância, o artigo 11 do Decreto traz que os contratos não possuem forma específica, sendo possível a forma escrita e verbal. A informalidade do contrato não retira a obrigatoriedade das cláusulas previstas em lei, devendo os contratos escritos serem regidos conforme o artigo 12 do Decreto 59.566/66. Rizzardo (2014) assim leciona:

Admitidas, pois, as formas escrita e verbal. A escrita é obrigatória se a exigir uma das partes, segundo o mesmo artigo, §2º: 'Cada parte contratante

poderá exigir da outra a celebração do ajuste por escrito, correndo as despesas pelo modo que convencionarem'. Mas, permite o art. 14, qualquer que seja o seu valor ou a forma, é autorizada a prova testemunhal. O Estatuto da Terra, no art. 92, §8º, firma que a ausência de contrato não impede a aplicação da lei: 'A ausência de contrato não poderá elidir a aplicação dos princípios estabelecidos neste Capítulo e nas normas regulamentares'.

Se a proposta obriga apenas o proponente, a aceitação vincula também o aceitante, pois ela faz o contrato se formar, passando a existir no mundo jurídico, estando ambas as partes obrigadas ao seu cumprimento nos termos da responsabilidade civil contratual.

CONCLUSÃO

Entre as modificações comportamentais do homem nômade até a criação dos grandes centros urbanos, houve um grande percurso de adaptações e desafios. Foi através do anseio do homem em produzir o seu próprio sustento e concomitantemente obter qualidade de vida que ocorreram migrações massivas para o que seriam os grandes centros urbanos. Todavia, tal descentralização não modificou a importância do homem no campo, ao revés, o tornou imprescindível para que a economia brasileira obtenha o sopeso necessário.

Neste contexto, o presente trabalho visou estabelecer a agropecuária e o Direito Agrário como formas de aprofundar o desenvolvimento rural, inserindo o proprietário de terras, produtores e os demais partícipes para fomentarem uma economia que não esteja adstrita a dicotomia da disputa por terras. Assim, por intermédio de políticas públicas, a atividade agrária alicerça a função social da terra.

Em relação ao aspecto jurídico, por meio do Direito Agrário, não apenas a terra continua tendo a necessidade de ser produtiva, como garante a autonomia para que se exerça as atividades que o proprietário julgar pertinente.

O contrato representa uma espécie do gênero negócio jurídico. E a diferença específica entre ambos consiste na circunstância de o aperfeiçoamento do contrato depender da conjunção da vontade de duas ou mais partes (...) o contrato é o acordo de vontades para o fim de adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos. Dessa maneira, a atividade agrária continua sendo indispensável assim como o valor da propriedade privada. Outrossim, a vontade entre as partes é tutelada com relação a coisas e serviços agrários. Mormente, o arrendamento rural torna-se uma

importante possibilidade sociojurídica que propicia a livre administração de um imóvel rural, sendo esta, qualquer atividade agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento econômico.** In: _____. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável.** Revista Educação Agrícola Superior, Brasília, v. 15, n. Especial, p. 33-55, 1997.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **O Direito Civil tende a desaparecer?** Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 427, 1975.

BRASIL. **Lei nº 8.171**, de 17 de janeiro de 1991. Brasil, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8171.htm>. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil.** Brasil, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 01 set. 2019.

BARBOSA, Françoise. **Economia Rural.** Montes Claros-MG: Unimontes, 2011.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário.** Vol. 1. 8. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BURANELLO, Renato. **Manual do Direito do Agronegócio,** São Paulo, Saraiva, 2013.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Economia Agrária.** volume único / Joelson Gonçalves de Carvalho. –Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

CARVALHO FILHO. **A nova (velha) questão agrária.** Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Presidente do CNJ defende especialização do Judiciário para solucionar conflitos fundiários. Agência CNJ de Notícias.** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:notas&id=6579:morosida%20de-e-falta-de-estrutura-sao-problemas-denunciados--no-amazonas>. Acesso em: 07 out. 2019

DANTAS, Marcus; RENTERÌA, Pablo. Propriedade. In: BARRETTO, Vicente de Paulo. **Dicionário de Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 666-669.

DANTAS, Marcus. **Função social na tutela possessória em conflitos fundiários**. Revista Direito GV, São Paulo, v. 18, 2013.

DESER, Sidemar Presotto Nunes. **Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil**. 2019. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

EMBRAPA. **Ciência que transforma**. 2019. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira/pecuaria>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FAO – **Food and Agriculture Organization of United Nations**. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 01 nov, 2019.

FACHIN, Luiz Edson. **A função social da posse e da propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural)**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

FAVARETO, Arilson. **A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo**. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401137>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. – 11. ed. rev. E ampl. – São Paulo: Atlas, 2015.

OPITZ, Sílvia C. B. **Curso completo de direito agrário** / Sílvia C. B. Opitz, Oswaldo Opitz. – 11. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PORFÍRIO, Francisco. **Reforma agrária**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasile.scola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em 01 de março de 2020.

QUERUBINI, Albenir. “**Direito Agrário Levado a Sério**” – episódio 3: **A atividade agrária como objeto do Direito Agrário**. 2019. Disponível em: <<https://direitoagrario.com/direito-agrario-levado-a-serio-a-atividade-agraria-como-objeto-do-direito-agrario/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

RODRIGUES, Fabrício Gaspar. **Direito Agrário**, V.15, Ed. Juspodvm, 2009.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Curso técnico em agronegócio: economia rural / **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**, 2015.

TJ-MG - **AC: 10134100094926001 MG, Relator: Tibúrcio Marques, Data de Julgamento: 25/04/2013, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL**, Data de Publicação: 03/05/2013.